

VALÉRIO ARCARY

Doutor em História Social (FFLCH-USP, 2000). Graduado em História (PUC-SP, 1988; Univ. de Lisboa, 1978) e Sociologia (Univ. de Paris, 1975). Professor de História e de Relações Internacionais nos cursos superiores do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Durante sete anos, lecionou História na rede pública paulista. Publicou *As Esquinas Perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista* (2004) e *O Encontro da Revolução com a História: socialismo como projeto na tradição marxista* (2006), ambos pela Xamã. Suas principais temáticas de pesquisa se concentram nas áreas dos Estudos Marxistas e da História da Cultura.

IS Gms conturbtes nchças cotempânes agdzads plaglobalização ephaadntenditad, os: etatê qe a teoria marxista irê un instrumento de fctivo pna irtepeção dsocial de pna ação política?

VA: Sim, acho que o marxismo continua sendo um instrumento de análise eficiente. O marxismo tem várias dimensões. Numa, é uma teoria crítica do capitalismo, produto do movimento da ciência de meados do século 19, no contexto de uma revolução teórica que se desenvolve, grosso modo, entre 1840 e 1890. Noutra dimensão, o marxismo se transformou no vocabulário de um movimento social, como toda teoria que se transforma em força material pelo fato de milhões de pessoas a abraçarem. Organizados em sindicatos ou partidos operários, milhões de trabalhadores tomam o marxismo como a expressão da ideologia de uma classe, nesse processo unificando dois movimentos que eram diferentes: o operário e o socialista. E ele também permanece eficiente para compreender o mundo pós-globalização e pós-restauração capitalista no Leste europeu, com o desmoronamento das ditaduras de partido único e a posterior expansão financeira do capitalismo, a globalização. Antes disso, um terço da humanidade vivia em países onde a propriedade privada e a regulação mercantil tinham sido derrotadas. Continuo pensando que o marxismo é o melhor quadro teórico para compreender a queda das ditaduras de partido único e a globalização financeira. A interpretação liberal do mundo afirma que a restauração capitalista ocorreu porque o capitalismo era superior às relações sociais e de produção que havia no Leste. Dito dessa maneira, não tem sustentação, pois não explica os fenômenos que ocorreram no Leste europeu, onde o resultado da restauração foi obrigar milhares de trabalhadores à imigração para a Europa Ocidental, aceitando trabalho em condições muito inferiores à sua qualificação profissional e à sua formação educacional. Não tem sentido comparar a Ucrânia com a Bélgica, a Romênia com a Áustria, a Alemanha Oriental com a Ocidental; da mesma maneira, a Cuba pós-revolucionária tem que ser comparada à Cuba anterior à revolução, ou com Guatemala ou Panamá, mas não com Espanha ou EUA. O lado ocidental não teria alcançado o desenvolvimento que alcançou sem os US\$ 300 bi de investimento do Plano Marshall no pós-2ª. Guerra, aporte que uma URSS destruída pela guerra não tinha condições de fazer na Europa Oriental. Na URSS, a restauração capitalista teve o efeito de uma guerra de devastação. Para se ter uma idéia, entre 91 e 96, o PIB do país recuou cerca de 50%. O fato é que se alguém defendesse na Rússia um projeto de restauração capitalista mergulharia o país na guerra civil. Foi a restauração capitalista que despertou a resistência das massas, não a presença delas nas ruas gritando “queremos capitalismo”. Minha interpretação é que ocorreu um fenômeno exatamente inverso: primeiro, restauração, depois, queda das ditaduras burocráticas.

Unde legds mais importantes do marxismo e chlutadstabilhdese é umogrização com dase Cbblização e rdlibalismo não triângulo de fctivo dsocial de pna irtepeção dsocial de pna ação política?

A construção do movimento dos trabalhadores como movimento de classe é um processo político, porque é um movimento da consciência de classe - só há um movimento de classe se há uma consciência de classe que o sustenta. Ela se apóia na experiência sindical em cada país, sociedade e período histórico. Sei que hoje há muito pessimismo no Brasil, mas é infundado. Porque no espaço de apenas 30 anos nós tivemos, com a CUT e o PT, umas das experiências mais extraordinárias do século de auto-organização da classe trabalhadora: o movimento operário brasileiro conseguiu, pela primeira vez, construir um movimento sindical e político de classe, organizado, independente e nacional, possibilitando vínculos entre a resistência de uma categoria no local do trabalho e um projeto político para o conjunto da sociedade e transformando o movimento dos trabalhadores brasileiros na força política mais importante do país. Sobretudo após a metade dos anos 90, há um quadro de refluxo sindical, no qual as relações de força globais entre as classes não se inverteram. A estabilização do regime democrático se consolidou com a posse de FHC e suas reformas liberais, e, simbolicamente, a ocupação militar das refinarias da Petrobrás e a derrota da greve dos petroleiros. Depois desse período, por mais de uma vez houve a possibilidade de inverter a relação de forças entre as classes, sendo o mais oportuno em 99, com o início catastrófico do segundo mandato de FHC e o estelionato eleitoral que desvalorizou os salários em 50%. A maioria dos brasileiros não compreendeu como poderia ir além da democracia liberal e do fato de que o governo responde aos interesses dos 500 grupos econômicos mais poderosos do país. A oportunidade histórica foi perdida porque o PT tirou o partido da campanha “Fora FHC”, domesticou-se e à CUT e canalizou o processo para a via eleitoral.

Una perspectiva revolucionária implica etads institucionalização . .

...sim, a derrubada de FHC teria sido uma revolução democrática e mudado a história do Brasil, como aconteceu com Fernando de la Rúa na Argentina...

~~Massa que se lança e a redução está posta há pra governar Lula.~~

Talvez houvesse ainda mais justiça histórica se Lula fosse derrubado pelos movimentos que construíram o projeto que se materializava nele, e que ele traiu. Mas as massas não se lançam a ações revolucionárias para derrubar um governo se têm a ilusão de que ele pode fazer, pela via das reformas, as mudanças desejadas. O que a história do séc. 20 nos mostra é que só sob o perigo de revoluções as classes aceitam fazer reformas. No Brasil, vivemos uma situação paradoxal. Durante 30 anos trabalhou-se numa estratégia pela qual, de um lado, o movimento sindical, social e popular pressionava os governos, de Sarney a FHC, e os partidos burgueses, impedindo-os de promover o ajuste que o capitalismo mundial exigia; de outro, estruturava-se uma alternativa político-eleitoral de substituição. Mas o maior movimento operário da América Latina foi uma montanha que pariu um rato, porque levou ao poder um governo de colaboração de classes antes de as massas mostrarem a grandiosidade da sua força social. Na Argentina, na Bolívia, na Venezuela, onde não havia CUT nem PT, os governos reformistas chegaram ao poder por eleições após uma situação revolucionária.

~~Como são as condições atuais da categoria de trabalho e o nível de estabilidade?~~

Nesse quadro em que as esperanças se frustraram, temos um enorme sentimento de desalento; ao diminuírem as esperanças dos diferentes setores do trabalho manual e do trabalho de alta escolarização, mas assalariado, como o dos professores, a classe trabalhadora brasileira teve que viver uma reorganização completa do seu movimento nesses 5 anos de governo Lula. Eu diria que estamos num período de reorganização como o ocorrido entre 77 e 83, mas de forma desigual. Há movimentos que são mais rápidos, por exemplo, o de professores em nível nacional, que na metade do primeiro mandato já tinha concluído que este era um governo reformista que destruiria direitos. Esses foram os movimentos que criaram as bases para que muitos sindicatos se libertassem da CUT e, finalmente, surgisse a CONLUTAS, embrião de uma central sindical de perfil acentuadamente anti-burocrático, com um projeto de construção de um sindicalismo pela base, de classe e anti-capitalista, além de capacidade de organização e mobilização. Mas não basta substituir a burocracia sindical de direita por uma de esquerda: é preciso que os sindicatos sejam independentes de quaisquer governos ou partidos políticos, estejam a serviço de sua base social e tenham um projeto político, não-partidário, de reorganização anticapitalista dos trabalhadores.

~~Essa é a condição dos partidos e dos sindicatos no tocante a lutar em prol do bem comum e da estabilidade social?~~

Primeiro, antes das revoluções que aconteceram no séc. 20, não se antevia a possibilidade de uma revolução. Quem poderia acreditar nas revoluções de 1917 que, apesar de todas as turbulências do séc. XIX, derrubaram a ordem czarista russa? Ou numa revolução camponesa, agrária e anti-capitalista na China? Ou numa revolução anti-capitalista em Cuba, em pleno *boom* econômico do capitalismo? Situações revolucionárias são processos que acumulam forças no subterrâneo da vida social. Quando se pensava, em fins dos anos 90, que a América Latina era o deserto político-social, por causa da recolonização e dos efeitos da globalização, vieram a queda de um presidente na Argentina, a derrota da tentativa de golpe contra Chávez, as situações revolucionárias no Equador e na Bolívia. Segundo, não é verdade que o mundo não possa ser transformado pela participação de milhões de pessoas lutando nas ruas para transformar suas vidas, unindo seus destinos a uma causa coletiva. Mas é preciso ir às ruas, lutar, acreditar que é possível. Outro aspecto é o seguinte: a partidarização é uma dimensão do fenômeno de burocratização sindical; a essência do problema do sindicalismo está no controle do Estado, que usa os partidos do regime democrático para controlar o movimento sindical. Exceto o CONLUTAS, as outras organizações sindicais são cartoriais, não têm nenhum significado, não conduzem nenhuma luta, não têm projeto nem política para os trabalhadores e os sindicatos da base. Uma nova central sindical é construída para participar da distribuição de dinheiro do Ministério do Trabalho. Saber diferenciar os partidos que se estatizaram e os que não o fizeram é a questão decisiva. Se os sindicatos e partidos que nascem do movimento dos trabalhadores – portanto, com algum tipo de vocabulário socialista e com lideranças que vieram de lutas coletivas – não estiverem no controle de suas organizações, o regime democrático-liberal os absorve e aos movimentos sociais em que se apóiam. Entendo que, para ter sindicatos livres, a questão decisiva é que sejam oposição ao governo e ao regime.

~~Quais perspectivas de atuação sindical no futuro em termos de luta por uma transformação social e econômica, e em que o professor vê como a saída, não como o padrão?~~

Eles não estão totalmente enganados. O capitalismo está interessado em dividir o mundo do trabalhador assalariado. Claro que os professores vivem melhor que os operários da construção civil, mas isso não inibe o fato de que todos são assalariados, têm patrões, razões para temer o desemprego e a piora de suas condições materiais de vida. No caso do Brasil, há uma revolução educacional e cultural a ser feita: trata-se de introduzir o país no mundo da linguagem escrita, pois a maioria de nosso povo não só é iletrado, como possui o pensamento mágico como referência. Essa é uma das causas democráticas da revolução brasileira, e ela será socialista ou não será. Mas ela também tem bandeiras democráticas. A principal, hoje, é a educação para todos, pública, gratuita e de qualidade, que só é possível conquistar se os professores construírem alianças com o povo, em especial com o movimento operário-sindical. Os sindicatos da educação, além de defenderem as reivindicações de sua base, devem defender a educação pública, fazer uma guerra ideológica contra o ensino privado.

~~Essa é a concepção geral para o período SNRG?~~

Não defendo isso como concepção geral, mas assim como sou favorável a uma quarentena contra a exploração econômica da Amazônia, penso que deveríamos exigir, durante o espaço de uma geração pelo menos, uma quarentena: fica proibido abrir mais escolas e faculdades particulares. Precisamos de uma expansão quantitativa e qualitativa da educação, o que não é possível sem investimentos em larga escala e sem que milhões de pessoas tenham a percepção de que o problema da educação é muito mais grave que o da segurança pública. Uma política simples seria a instituição do imposto sobre a grande fortuna: aqueles que tenham patrimônio igual ou superior a R\$ 1 mi e renda mensal igual ou superior a R\$ 20 mil vão

ter que contribuir com uma alíquota progressiva (1% ou 2%), para que se crie um enorme fundo de emergência que estabeleça, entre outras coisas, um piso nacional de professores. Para que os leitores compreendam, o salário médio docente é inferior ao salário médio nacional, que é de R\$ 1.100,00. Essa é uma deformação espantosa, porque cada sociedade tem que remunerar uma atividade profissional proporcionalmente ao risco que ela impõe. Também devem ser considerados componentes como estresse, doenças profissionais, tempo de esforço despendido na preparação para o trabalho. Sem isso e sem uma revolução cultural que ponha o ensino gratuito como prioridade do país, continuaremos a ver os professores no isolamento, que vem se aprofundando. E não tem sido difícil aos governos isolar os professores, pois, numa sociedade de iletrados, a relação que o sujeito médio tem com o mundo da cultura organizada, da ciência e da arte é ao mesmo tempo de maravilhamento e desconfiança, porque esse mundo tem um vocabulário que ele não compreende e ao qual não teve acesso.

Estão os sindicatos em linha de uma visão excessivamente corporativa?

Sim, o corporativismo é a doença infantil dos sindicatos, e a burocratização estatista, sua doença senil. O corporativismo é a visão ingênua de que vivemos num mundo justo, democrático, em que aqueles que se auto-organizarem vão ter os seus direitos reconhecidos porque, afinal, quem vai ser contra aqueles que cuidam da formação escolar das novas gerações? Há um *apartheid* social no Brasil que começa na educação: a depender da escola em que seu filho estuda, o destino social dele começa a ser desenhado; para os que podem pagar, existem diferentes tipos de escolas particulares. Os trabalhadores que não têm recursos para colocar os filhos em escolas particulares não vêem sentido em se solidarizar com os professores que nelas trabalham. Assim, as justas reivindicações dos professores não encontram eco na massa do povo nem nas famílias dos jovens que freqüentam essas instituições, até porque essas famílias sabem que subindo os salários dos docentes sobem as mensalidades - é assim que funciona numa economia mercantil. Sejamos honestos: na maioria das instituições o critério que define se um jovem vai terminar um curso é se ele está com as contas em dia. Sei que estou sendo duro, mas superar o corporativismo só é possível se os sindicatos de professores das particulares forem contra o ensino privado.

Apação que se tem é que há uma estratégia distinta para professores na situação de educação. Como é a situação de arte?

Atualmente, o Banco Mundial é o maior centro produtor de análises e de políticas de educação, e elas foram assumidas pelos governos brasileiros. Suas recomendações para que a educação melhore podem ser resumidas em cinco desafios: 1. aumentar as horas de aula; 2. diminuir as faltas dos professores; 3. padronizar e unificar os exames de avaliação estudantil; 4. criar sistemas de controle e avaliação, com exames para professores; 5. instituir sistemas de gestão eficientes - educação não se resolve com mais verbas nem salários mais altos, e sim com melhor gestão, e esta deve ser controlada pelos pais dos alunos. Esse conjunto de recomendações representa uma declaração de guerra contra os professores. Mais tempo na escola significa aulas de 60m, quando a média brasileira está em 50. Claro que os pais prefeririam que seus filhos ficassem 12 horas na escola, mas toda a pedagogia já chegou à conclusão de que é muito difícil o jovem manter a concentração por mais de 20 ou 25 minutos. A questão decisiva não é transformar as escolas em creches. Essa idéia quantitativista ingênua tenta baratear a crise da educação. Ela exige dos professores que entreguem suas vidas para salvar a juventude, subvertendo o princípio das conquistas dos últimos 200 anos de que todo trabalho é baseado num contrato. Não é enclausurando os jovens dentro das escolas que vamos ter um melhor desempenho da educação. O que nós precisamos é de escolas onde haja diversidade de atividades e mais professores, não menos. O primeiro problema do desastre que é a avaliação dos estudantes brasileiros é que estamos numa sociedade culturalmente atrasada, em que a maioria dos nossos jovens tem nível cultural mais elevado que o de seus pais, mesmo com resultados inferiores. Os professores não podem lutar contra o atraso cultural da sociedade brasileira e aprisionar a juventude na escola não vai mudar a situação. E mais: o grande drama é que não se fará a revolução cultural tendo os meios de comunicação contra a educação. E estes pertencem a grupos privados atrasadíssimos, são controlados por meia dúzia de famílias que os converteram em instrumentos de alienação coletiva, de entretenimento. Quanto às faltas, existe, sim, uma taxa muito alta de abstenção docente. Ela deriva da necessidade de os professores terem vários contratos, percorrerem grandes distâncias e ficarem doentes. Essa é uma profissão que leva a uma alta exposição pública e que tem, hoje, baixa respeitabilidade: os professores trabalham com jovens, crianças, adolescentes; são muitas vezes humilhados nas salas de aula e vivem a experiência das mais difíceis da condição humana que é a da rejeição. As faltas não se resolverão enquanto não se estabelecer piso salarial, contratos adequados e estímulos à formação docente. É impensável haver requalificação significativa da categoria sem que se introduza o ano sabático, por exemplo - se o professor vai ter que ensinar a vida toda, tem que estudar a vida toda. É parte da autodefesa individual as pessoas faltarem, e elas faltam porque não agüentam as pressões. A redução da abstenção docente não se realizará sem negociação com os professores. O terceiro tema é o do desempenho estudantil nos exames nacionais e internacionais. É muito difícil aferir o desempenho dos alunos com planos de ensino tão diversificados. As instituições de ensino terão desempenhos muito variados em função do público que as freqüenta e do estímulo material e moral assegurado aos seus estudantes. Esse *ranking* das instituições cujos alunos apresentam melhor desempenho é a ante-sala da privatização. No ensino médio brasileiro, com a realidade social que temos, é muito difícil que as escolas públicas tenham melhor desempenho sem que haja bolsa estudantil, já que enorme parcela da juventude urbana tem que combinar trabalho e estudo, portanto, falta de tempo para estudar. Além disso, ocorreu forte desvalorização da cultura, acentuada nos últimos 30 anos; até 1980, no Brasil, um aumento da escolaridade significava quase sempre uma garantia de melhor inserção social, esperança da mobilidade social. A expectativa reformista de que o esforço, o mérito e o talento possibilitariam mudança de vida, sem mudança na sociedade, se frustrou: o capitalismo brasileiro demonstrou que sua elasticidade reformista era muito pequena e o governo Lula é a expressão máxima disso. Cedo os jovens compreendem que mesmo estudando mais que seus pais e compatibilizando trabalho e estudo as recompensas sociais serão baixas. Numa sociedade culturalmente atrasada esperar que os jovens descubram o amor pela cultura, o deslumbramento pela ciência, o fascínio pela arte é ingênuo. É

preciso que, além das recompensas morais, haja recompensas materiais. Sobre a idéia de que os exames para professores levariam a um melhor desempenho profissional, digo que não serão eficientes se não estiverem associados a estímulos materiais e morais. Os professores estão socialmente desmoralizados porque recebem um salário igual ou inferior ao salário médio nacional, portanto, exigir mais sem oferecer mais só vai ampliar o ressentimento, e não criar mais entusiasmo. Por fim, a idéia de que a gestão tem que ser terceirizada pelo Estado, com o controle de diretores e famílias, de novo significa tentar transferir para a sociedade responsabilidades que são do poder público. A sociedade brasileira é ainda tão pobre, desigual e atrasada que as famílias não têm condições de assumir essa responsabilidade. Esses pais consideram que seus filhos freqüentarem uma escola pública até o início da vida adulta já é um benefício ao qual não tiveram direito. Transferir às famílias a responsabilidade pela educação de seus filhos e acreditar que elas poderão ser melhores gestoras das escolas que o Estado é uma leviandade que vai produzir um caos educacional. O Brasil precisa de mais Estado na educação, e não menos; mais investimento na educação, e não menos. Precisa de uma revolução educacional e cultural.

~~Como a educação de qualidade pode ser alcançada em um país capitalista?~~

No caso de SP, a precarização do trabalho docente é o problema número 1 da rede pública de ensino, com um sistema pérfido que quer manter entre 40 e 50% o número de professores sem contrato estáveis e em que o Estado não faz concursos porque é mais barato manter os professores provisórios. Que esperam com essa estratégia de gestão? Vão ter professores pouco comprometidos porque os contratos são provisórios. Teria que haver um piso nacional de professores, basicamente uma vez e meia o salário médio, redução da jornada para 20 h e um teto de contratos que o professor pode assumir. Trata-se de medidas de emergência, não de um plano para fazer uma transição em 10 anos, quando um terço da categoria vai estar aposentada. Por fim, há problemas de gestão. É claro que se o professor tiver: primeiro, um vínculo com uma única escola; segundo, um limite no número de aulas no contrato, e terceiro, gestão democrática das instituições, eliminando-se a precarização do trabalho, já teremos resultados muito positivos. Mas isso tudo não inverte a questão mais de fundo de que a educação, na sociedade brasileira, não é prioridade da burguesia dirigente; ela está satisfeita com esta sociedade inculta, ignorante, mas disciplinada para o trabalho, e aceita o custo social do aumento da marginalização e da lumpenização.